

“NARREVIVÊNCIAS” DE PESSOAS PRETAS

“NARREVIVÊNCIAS” OF BLACK PEOPLE

Valdicéia Miranda Machado Bouzadaⁱ

 <https://orcid.org/0000-0003-2149-6044>

Cristiane Miryan Drumond de Britoⁱⁱ

 <https://orcid.org/0000-0002-2802-2119>

Resumo: Este estudo é parte de uma pesquisa e buscou ampliar o olhar sobre a saúde mental para uma clínica racializada. As narrevivências de pessoas pretas propõem um corpo às vozes coletivas de suas trajetórias existenciais subjetivas e objetivas. Elegeu-se um modo orgânico de construção de conhecimento, cuja crença é a de que há uma sabedoria do coletivo, sustentada pelo saber. Nas vozes, fica evidente que o trauma de pessoas negras não provém apenas de elementos de base familiar disfuncional, mas do contato com a violenta barbárie dos diversos ambientes. Diante disso, são necessárias produções que abordem acerca do adoecimento psíquico decorrente do racismo, caso contrário, estamos colonizando essas experiências de padecimento e redobrando a violência racista como suposto gesto de cuidado.

Palavras-chave: decolonialidade; discriminação; narrevivências; racismo; saúde-mental.

Abstract: *This study is part of a research that aims to broaden the perspective on mental health in the context of racialized clinical practices. The living narratives of Black individuals provide substance to the collective narratives of their subjective and objective existential trajectories. An organic approach to building the knowledge was applied believing in the collective wisdom of the black individuals, which is the knowledge that maintains their narratives. Furthermore, there is a comprehension that the trauma of Black people stands not only from elements of dysfunctional family backgrounds but from the violent barbarity encountered in various environments. It is crucial to produce knowledge on the mental health impacts of racism; otherwise, we will be colonizing these experiences of suffering and enhancing the racist violence under the guise of supposed care.*

Keywords: *Living narratives; Discrimination; Racism; Mental Health; Decoloniality.*

DOI: 10.22478/ufpb.2764-4251.2025.n2.74656

Recebido em: 08/07/2025

Aprovado em: 10/11/2025

ⁱ Mestre em Estudos da Ocupação Humana pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4327796934354976>. E-mail: valbouzada@gmail.com.

ⁱⁱ Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Titular da UFMG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4996964645007335>. E-mail: cdrumonddebrito@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

“Narrevivências”, termo inspirado na “Escrevivência” de Conceição Evaristo, ecoa as vozes de pessoas pretas sobre seu cotidiano e sofrimento mental. Essas vivências individuais corporificam trajetórias existenciais coletivas, desvelando dores advindas do racismo estrutural que, muitas vezes insuspeitas, impactam profundamente a saúde mental.

A discriminação, enraizada no racismo, é um fenômeno histórico que permeia a saúde mental, sendo impossível compreendê-la sem os conceitos de raça e racismo (Almeida, 2021). Munanga (2004) descreve o racismo popular, que associa fenótipos a características subjetivas, perpetuando a desvalorização de vidas negras. Bento (2022) argumenta que a branquitude, como categoria social de privilégios, silencia-se enquanto raça, mas racializa e reduz pessoas negras a corpos desprovidos de pensamento, reforçando a desigualdade. Pinheiro (2023, p. 33) afirma que o racismo é um sistema social e estrutural de opressões, pautado na categoria de raça como marcador de hierarquia.

Racismo, preconceito e discriminação não são inatos, mas aprendidos (Mandela *apud* Silva, 2015). Eles foram constituídos em relações sociais violentamente hierarquizadas desde a invasão europeia, subjugando corpos pretos africanizados e justificando a escravidão (Magalhães; Brito, 2021). O racismo é uma discriminação sistemática baseada na raça (Almeida, 2021, Bento, 2022, Fanon; Silveira, 2008); o preconceito, um juízo estereotipado; e a discriminação, um tratamento diferenciado (direto ou indireto) que subalterniza, impactando a saúde mental.

A dor de Dandara — “ser preta dói” — impulsionou este estudo ao revelar a escassez de literatura que conecta saúde mental e discriminação racial. Dandara foi a paciente que mobilizou a pesquisadora a mergulhar na relação entre saúde mental e raça. Mulher preta, professora, 55 anos, encontrava-se afastada de seu labor devido a uma depressão agravada. Vivenciava um cotidiano marcado pela solidão, associadas à dificuldade de se relacionar. Ela buscou terapia após ter passado por vários profissionais e enfrentado momentos em que quis desistir de viver. As sessões com Dandara eram, a princípio, marcadas por silêncios e respostas monossilábicas, até o dia em que ela verbalizou, com dor e potência, ser preta dói. Uma dor ignorada por tentativas anteriores de uma clínica funcional, descolada das dimensões históricas e raciais da existência e evidencia-se o quanto o racismo atravessa o campo da subjetividade e impõe limites a um cuidado que não se pensa racializado.



Tal experiência ressaltou a necessidade de uma clínica racializada, que considere o processo de colonização e colonialidade no Brasil. Livia Arrélias (2020) e Grada Kilomba (2019) reforçam o imperativo de uma transgressão ético-política na clínica, reconhecendo que o sofrimento de pessoas negras advém de experiências coletivas e não apenas individuais. Assim, a prática clínica, moldada pelas vozes de Dandaras e de tantos outros silenciados, busca sensibilidade à realidade social para construir um novo paradigma de cuidado.

2 NARREVIVÊNCIAS: TRAJETÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Trata-se de um estudo qualitativo, que de acordo com Brunstein *et al.* (2020), tem como característica a curiosidade do pesquisador em responder às suas questões com o propósito de aprendizagem a respeito de algum aspecto social em contato com o mundo real. Para Minayo e Gomes (2006) e Minayo (2008), a pesquisa qualitativa objetiva a compreensão sobre o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Diante desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, busca-se compreender e interpretar a realidade revelada pelos próprios sujeitos.

Turato (2005) relata que, em uma pesquisa qualitativa, o pesquisador opta por conhecer os fenômenos no *setting* natural, tentando atribuir sentido aos fenômenos nos termos das significações que as pessoas trazem para estes. Assim, para esta pesquisa, optar por captar a realidade de tal maneira, configurou-se uma oportunidade de visibilidade às pessoas envolvidas. Elegeu-se uma forma de trabalho aberta aos influxos da realidade. A escuta da vida narrada, as narrevivências, foi priorizada com o intuito de extrapolar uma teoria predominante e reformular outro modo de compreender as vivências das pessoas em contextos de discriminações raciais.

Em nenhum momento prescindiu-se à teoria, apenas buscou-se deixá-la entre parêntese, tentando ver o mundo por meio da percepção dos participantes, ou seja, buscando conhecer/ver as coisas pela relação. O intuito foi de recuperar um olhar originário, fazendo uma recusa, *a priori*, de tecer reflexões prévias para a disponibilidade de compreender a si e o outro.

É importante dizer que as narrevivências foram tecidas por meio da participação de 19 pessoas, entre as quais homens e mulheres pretas e pretos, maiores de dezoito anos, usuários dos serviços de atenção à saúde mental, que estavam disponíveis à época da coleta de dados e aceitaram participar da pesquisa.

Os encontros com os participantes da pesquisa foram realizados de forma individual, sendo este único, previamente combinado com cada um, em razão de sua disponibilidade de



participar. Tais momentos duraram entre 20 e 50 minutos, e foram aplicados conforme a liberdade de cada participante. Do encontro real dos corpos, corpos subjetivos eram expressos e espaços abertos, mediados por uma escuta empática, em que vozes silenciadas pudessem ser liberadas. Na escuta empática houve a presença ativa da pesquisadora, sem fazer praticamente intervenções, escutando associações livres de lembranças que traziam. Para este estudo, consideramos fundamental que a discussão fosse tomada em função da experiência prático-teórica, oferecendo, assim, aos participantes, um espaço para que suas vozes aparecessem, cujo propósito foi dar visibilidade a suas condições ocupacionais, de inclusão e de participação.

Mesmo que a metodologia tenha um diálogo com a pesquisa narrativa, ela tem uma natureza orgânica. Orgânica, no sentido em que foi desenvolvida, sem nenhuma preocupação em atender a alguma metodologia *a priori*, optou-se por um saber vivido. O saber orgânico é o saber do ser, da experiência, da realidade vivida, do deixar ser, da disponibilidade para o novo (Santos, 2023). Portanto, a metodologia foi se construindo por si só, por meio da relação com as pessoas pretas no serviço. Nos tornamos compartilhantes de saberes. Nessa confluência de saberes, uma relação de respeito e de correlação de forças equilibradas foi estabelecida. Renunciamos ao saber sintético da universidade e ousamos a busca do saber orgânico (Santos, 2023). Deixando que as experiências de pessoas pretas pudessem se mostrar por si mesmas. Enfim, optou-se por eleger um modo orgânico de construção de conhecimento por acreditar na sabedoria do coletivo, que é o saber que sustenta (Santos, 2023). Assim, “narrevivemos”.

3 NARREVINHANDO OS FATOS

A amostra deste estudo foi composta por 19 participantes, com idades entre 21 e 65 anos, todos usuários do Centro de Atenção à Saúde Mental (CERSAM) da Prefeitura de Belo Horizonte — MG. Suas identidades raciais se manifestaram em um espectro diverso: negra, mulata, parda, clara, moreno claro, moreno escuro e jambo amarelo. É nesse espaço de múltiplos pertencimentos e vulnerabilidades que o encontro para a pesquisa se deu.

Ao chegar ao CERSAM, um portão de grades com um cadeado delimitava o centro da rua, com um porteiro controlando o fluxo. Homens e mulheres, alguns com as mãos na grade a observar a rua, outros sentados ou andando de um lado para o outro, compunham a cena da qual os dados e resultados deste estudo foram produzidos. Na recepção, enquanto a pesquisadora aguardava, Manuel (nome fictício), um homem de pele parda, levantou-se e, estendendo a mão, apresentou-se. Curioso, Manuel questionou a pesquisadora sobre sua presença, insistindo em



saber o motivo da espera pela recepcionista e o teor da conversa. Ao ser informado sobre a pesquisa, ele prontamente interrompeu, afirmando não ter problemas de saúde mental e estar ali apenas para tomar remédios, com a esperança de logo voltar para casa – um anseio comum nos relatos dos participantes. A conversa foi, então, interrompida pela recepcionista, que conduziu a pesquisadora a uma reunião, em que testemunhou o compromisso de profissionais em criar uma rede de suporte para um dos participantes, mesmo com recursos limitados.

A cena inicial no CERSAM, com grades e olhares atentos, resume a complexidade dos encontros ali. Manuel, ao negar “problemas de saúde mental” e expressar o desejo de voltar para casa, personifica o anseio por pertencimento e dignidade, comum entre os participantes. A reunião presenciada, apesar dos recursos limitados, revelou a potência do cuidado coletivo e da escuta. Assim, entre grades e carências, emergem vínculos, histórias e resistências que desafiam concepções de saúde e cuidado.

4 CONHECENDO OS PARTICIPANTES POR MEIO DOS PRONTUÁRIOS DE REGISTROS

A identificação racial de pessoas pretas foi um critério de inclusão, mas a maioria dos prontuários carecia dessa informação, assim como de identidade de gênero. Inicialmente, a seleção contou com a ajuda da recepcionista para prontuários de pessoas pardas e pretas, seguida por uma escolha aleatória e busca no pátio. No entanto, a seleção efetiva ocorreu “corpo a corpo” no pátio, convidando aqueles que demonstravam interesse. Observou-se, ainda, que os prontuários continham predominantemente diagnósticos de Transtorno Esquizoafetivo (F25) e Esquizofrenia Paranoide (F200). Essas ausências e focos diagnósticos revelam lacunas significativas no registro das singularidades dos sujeitos, tornando a escuta direta no pátio fundamental para reconhecer identidades que os registros institucionais silenciavam. O encontro direto foi, assim, mais revelador do que os registros institucionais.

4.1 A percepção do dispositivo de atenção à saúde

Alguns participantes apontaram aspectos sobre as relações que são estabelecidas durante o tempo em que permanecem no CERSAM. Apontaram o espaço enquanto de reconhecimento e de socialização, também, sobre situações de discriminação e violência por parte dos profissionais.



Quem me indicou o CERSAM foi o meu psiquiatra. Foi, ele falou que aqui eu poderia tratar, eu poderia passar o dia inteiro e passar por psicólogos e ele é psiquiatra só. Conversar com mais gente. Pra eu me entender melhor com as pessoas, fazer novas amizades, eu não tenho nenhum amigo (E8, mulher, 65 anos).

O Dr. Onófre (nome fictício), ele, eu não consegui me entrosar bem com ele. Porque ele falava das coisas que não existiam comigo. Falava que eu agredia minha mãe que eu batia nela, que eu era muito revoltada, que eu era muito estúpida, ignorante, que eu não estudei, que eu comprei meu diploma. Só coisa ruim, ai eu não sei porque que ele falava isso. Estudei sim, fiz curso superior, ciências contábeis (E8, mulher, 65 anos).

Porque nos outros lugares a gente é discriminado. As pessoas acham que a gente tá com frescura, que a gente tá com falta de Deus, que a gente precisa procurar uma igreja, e aqui é bem agnóstico assim por dizer. Todo mundo aqui acredita em Deus, mas ninguém impõem religião a ninguém. Ai por isso que eu gosto de vir aqui (E1, mulher, 27 anos).

Na primeira casa que eu morei eles me tratavam super mal. Eles não me deixavam entrar na cozinha para beber um copo d’água (E17, mulher, 25 anos).

Eu estou sendo cuidada aqui. Eu acho que eu preciso de uma fisioterapia, mas isso não consegue isso aí não. Porque eu não estou tendo muito movimento nesse braço aqui não, fazendo igual eu faço com isso aqui não (E10, mulher, 30 anos).

Eu fiquei internada lá no André Luiz, uma vez, aí eu saí e deu crise de novo, eu fiquei mais um mês. Aí foi e fez exame da cabeça, porque eu estou dando leite, aí não era nada da cabeça não aí [pausa] o médico foi e, é receitou eu fazer ECT. Aí eu pedi a minha mãe pra não deixa eu fazer não. Aí minha mãe falou que ia respeita o meu querer e não ia autorizar eu fazer ECT não. Aí eu fiquei internada lá três vezes. As três vezes que eu fiquei internada lá eu fiquei trinta dias, ai eu fiquei aqui também [pausa] aqui eu acho que eu só dez dias. aqui e lá e um outro que quando eu morava com minha mãe, num outro CERSAM (E9, mulher, 30 anos).

As falas evidenciam a complexidade das experiências vividas no CERSAM: entre o acolhimento e a exclusão, o cuidado e a violência simbólica. Nesse espaço institucional, convivem tanto possibilidades de reconstrução de vínculos e reconhecimento subjetivo quanto a reprodução de estigmas e desigualdades sociais. Reconhecer essa ambivalência é fundamental para pensar práticas de cuidado que efetivamente considerem a singularidade, a dignidade e os direitos de cada pessoa.

As instituições, por estarem inseridas em uma sociedade marcada por antagonismos sociais, também reproduzem conflitos raciais. A desigualdade racial, portanto, não decorre apenas de atitudes individuais ou de grupos específicos, mas é estrutural e se manifesta no cotidiano institucional.

4.2 A relação com a “medicalização”

Encontrei Manuel novamente e, enquanto conversávamos, outros fenômenos aconteciam ao nosso redor. Um homem se aproximou pedindo um telefone para ligar para a família; outro, recusando a medicação, rasgava um papel e se afastava rapidamente; ao lado, ouviam-se os gritos de uma mulher que também se recusava a ser medicada. Logo depois, outra mulher pediu ajuda para contatar sua mãe; um homem, ao me cumprimentar com um beijo na mão, foi em seguida conduzido à sala de medicação.

Desde os primeiros momentos no campo, a relação com a medicação emergiu como um aspecto central, presença constante nos relatos e nos corpos que circulavam pelo espaço. Para alguns, ir ao CERSAM uma vez por semana para receber a medicação parecia naturalizado. Para outros, no entanto, o uso dos psicofármacos se revelou uma fonte de sofrimento, afetando diretamente suas capacidades e desejos cotidianos.

Eu já sou formada em remédio, assim, de tanto tomar. Desde 2015 que eu tomo Haldol e Clorpromazina... tô virando farmácia. Me deram até remédio que eu não podia tomar. A doutora viu que eu estava passando mal, mas não era ânsia de vômito — era o remédio fazendo efeito (E4, mulher, 46 anos).

Para mim, não precisa de nada disso. Vim aqui para ficar dopada... tomo os remédios e fico ruim, assim... voando (E12, mulher, 47 anos).

Eles só me dão Decanoato, Haldol. Não falam nada. Só me dão remédio (E16, homem, 39 anos).

O remédio está me fazendo mal, meu braço está tremendo, não consigo mais fazer faxina, trocar minha filha. Sempre fui uma menina carismática, hoje sou mais triste, debilitada. Tento explicar, mas a doutora diz que não pode tirar o remédio (E10, mulher, 31 anos).

O ruim é a medicação. Eu não tomava Haldol, agora tomo e fico parado. Emagreci muito, perdi músculos, tenho câimbras. Só consigo caminhar. Eu era instrutor de capoeira. (E18, homem, 51 anos).

A regulação do comportamento por meio da farmacologia pode ser compreendida como um avanço importante na história da saúde mental. No entanto, os relatos dos participantes revelam um uso excessivo, e, por vezes, coercitivo, dos psicofármacos, comprometendo não apenas a autonomia, mas também aspectos centrais de suas subjetividades. Esse cenário nos convoca a repensar as formas de cuidado, ampliando o olhar para além do controle medicamentoso e incorporando a escuta, o diálogo e os projetos de vida como dimensões fundamentais do tratamento.

5 CONTEXTO FAMILIAR



Os participantes relataram ter vivenciado situações de violência no contexto familiar. Entre as violências relatadas por eles, destacaram-se: o abandono familiar por parte da mãe ou pai, ou por ambos; abusos físicos e psicológicos; discriminação por questão racial e identidade de gênero.

Eu sou órfão, fui adotada aos três meses de idade. Eu nunca conheci a minha mãe. Eles não falam desta história [a família que a adotou], eles não sabem dizer a história e os motivos de eu ter sido abandonada pela minha mãe (E8, mulher, 65 anos).

Mas todo esse meu problema psicológico começou quando eu tinha 12 anos, que eu fui vítima de abuso sexual na infância pelo meu pai. Foi do 5 aos 12 anos. E que por isso sempre penso em morrer. Eu moro com a minha mãe e com meu irmão. Minha mãe era casada, aí morava eu minha mãe e meu pai com meu irmão. Aí meus pais se separaram por muitos motivos, porque aí eu dei graças a Deus, porque os abusos pararam (E1, mulher 27 anos).

O meu pai não aceita que eu sou uma mulher trans. Ele não me aceita pintar as unhas, usar cílios. Ele não aceita por causa da religião néh, que ele é evangélico. Ele não aceita por causa da religião. Ele acha que eu sou um coisa ruim (E14, mulher trans, 21 anos).

Meu pai abusou de mim e da minha irmã mais nova de 7 anos e dos meus cinco irmãos eu tinha 12 anos. A minha irmã mais velha de vinte sete anos tem uma filha do meu pai. Ele bebia. Se minha mãe fizesse alguma coisa ele batia nela, machucava ela toda. Sabe quem descobriu que ele fazia isso com minha irmã? Eu e a vizinha. Pegamos o celular e filmamos na janela. Pelo buraco da janela a gente via minha irmã. Ele amarrava ela na cama, batia, abusava. Até dos meninos homens eu que vi e tive que correr atrás de polícia, aí ele saiu, mas voltou e continuou a mesma coisa. Aí a gente foi filmou e ele ficou 49 anos de cadeia. Tem dois anos e meio que ele está preso. Eles tiveram que me tirar de casa por coisa ... por...me tiraram pra segurança (E17, mulher 25 anos).

O ambiente familiar é compreendido como o primeiro espaço de formação da subjetividade da criança, conforme afirma Fanon e Silveira (2008). Quando a família é estruturada como um espaço hierárquico de respeito, mas também atravessado por relações de poder racializadas, o amor familiar pode operar segundo uma lógica ambígua: ao mesmo tempo em que acolhe, também reproduz silenciosamente desigualdades. Nesse contexto, como aponta Schucman (2018), a raça se torna um elemento organizador das relações afetivas, sustentando-se na negação do racismo e na idealização da democracia racial. Assim, a família, longe de ser um espaço neutro, participa ativamente da produção e da reprodução das marcas raciais. Reconhecer essa dinâmica é fundamental para desnaturalizar o silêncio que sustenta o mito da harmonia racial.

6 O AMBIENTE ESCOLAR



Entre os espaços institucionais que marcam a experiência da infância e da juventude, a escola aparece como um dos territórios onde o racismo se manifesta de forma direta e estruturante. O ambiente escolar foi apontado como um dos contextos de experiências de discriminação, tanto por parte dos colegas quanto por professores.

A gente era discriminado na escolinha também por causa da cor, a gente era muito discriminado. Porque os meninos brancos, não queriam sentar perto da gente, não queriam sentar, perto da gente quando era em grupo (E10, mulher, 31 anos).

A professora me chamou de negra. Racista! Ela era racista, ela era branca. Mamãe foi lá e deu paulada nela, na professora, bateu nela bastante. E não foi presa. É racismo mesmo. Eu já fui espancada. Quem me salvou foi minha irmã que enfiou o dedo no nariz (por uma colega) arrancou sangue e bateu nela pra caramba. Nunca mais ela bateu ne mim mais (E3, mulher, 57 anos).

Nos ia na escola, a professora batia ne nós, pra gente aprender. Em mim a professora não batia, porque ela não me deixou usar o banheiro não. Olha pra você ver que covardia. Ai o menino, eu tinha 7 anos de idade. Eu tenho trauma de escola menina, eu não gosto de jeito nenhum sabe. Quando eu era criança a professora batia pra eu aprender. Nunca se deve usar a violência pra uma criança aprender a ler. Não pode. Ela agredia era meu irmão sabe. Ela batia no meu irmão porque meu irmão tava... ele não sabia escrever. Ele fazia assim, tipo um... Ele não conseguia fazer ela batia nele e eu não podia fazer nada neh. Eu estava na sala, mas ela não bateu em mim não, mas também não me deixou salvar ele não. Ela bateu nele uma vez só, depois disso ele não voltou na escola mais não (E7, homem, 47 anos).

Tinha outras meninas que faziam bullying comigo, faziam bullying comigo, me zoavam e por causa do carisma delas, elas eram muito inocentadas. Mesmo com ela sendo muito malvadas até acha que ela tem até aquele filme meninas malvadas que aí teve trio de meninas populares. Falavam que meu pé tinha mais cabelo, que a minha cabeça. Falava que a minha cabeça parecia um ovo para me chamar de cara de pinto, sabe? Ficava me zoando, ficava me zoando. Eram muito inocentadas por causa do carisma dela, sabe? Aí as pessoas deixavam, passava pano, passavam pano pra elas por causa do carisma delas. O diretor da escola sabe?" (E14, mulher trans, 21 anos).

Olha eles me separaram do grupo da escola superior. Eu fui discriminada, mas eu me dei bem porque só eu que consegui passar no objetivo de conseguir formar. Os outros todos ficaram pelo meio do caminho, eles não conseguiram alcançar o objetivo que era ser, ter o curso superior. É isso (E8, mulher, 65 anos).

Eu nunca fui escolhida para ser a rainha do milho, meus pais nunca tinham dinheiro para comprar a minha rifa, também nunca fui eleita a menina mais bonita da classe, assim como também nunca recebi aquelas cartinhas de correio elegante, nunca fui a mais inteligente, chamavam os meus cabelos de bombрил, e naquela época a minha mãe mantia-os bem curto alegando serem mais fáceis de cuidar e uma forma de não pegar piolho. Ai se você pegasse piolho! Quando entrei para a escola achei que as coisas iriam ser um pouco diferente. Mas foi sempre tão igual, no fundo eu não sei qual o mal que eu fiz (E4, mulher, 46 anos).

“ele me provocava, provocava. Aí tudo mundo provocava também. Aí ele vai lá eu pego o caderno você joga assim na frente assim aquele barulhão, nossa precisa fazer isso? Precisa virar essa vozinha pro meu lado? Aí eu falei assim: não que letra feia professor faz uma mais bonita, aí ele foi lá escreveu no meu caderno, você é arrogante. Aí eu falei assim: eu sou arrogante porque o senhor está fazendo arrogância. Aí ele falou assim: não estou fazendo arrogância com você. Uma hora você vai ver a sua vez (E4, Mulher, 46 anos).

De acordo com os resultados, a maioria dos participantes relatou tensões, medos e desconfortos profundos em suas experiências escolares. Assim, a escola se apresentou como o primeiro espaço institucional onde o racismo se expressa com força, muitas vezes legitimado pela autoridade. Romper com essa lógica exige reconhecer que o racismo está vivo nas práticas pedagógicas e que a escola, se não se transforma, segue sendo uma das principais reprodutoras das desigualdades raciais no Brasil.

7 A INTERSECCIONALIDADE DAS VIOLÊNCIAS

O ambiente e as relações sociais também foram apontados por alguns participantes como espaços de vivência de violências marcadas pela interseccionalidade com a questão racial. Tais experiências estão atravessadas por normas culturais, morais, religiosas e estéticas, que contribuem para a exclusão e o estigma de determinados corpos, especialmente aqueles que não se enquadram nos padrões hegemônicos.

Eu me sinto muito mal, acho que eu nunca mais vou conseguir nada na vida por causa disso. Ontem quando a minha mãe me levou para o Hospital eu falei pra minha mãe que o maior medo que eu tenho é de ficar doida de vez. Porque em vista de muitos que tem aqui eu acho que eu ainda tenho um pouco de lucidez. Se eu ficar doida de verdade? Ai que eu não vou ser ninguém mesmo. Já sou gorda, já sou preta, já sou pobre e ainda doida? Não tem lugar mais pra mim nesse mundo. “Eu sou totalmente fora do...sou todas as minorias neh! Sou pobre, negra, gorda. Então eu sempre sofri preconceito. Eu sou totalmente fora do padrão. Eu sou todas as minorias neh! Sou pobre, negra, gorda. E agora louca? Então eu sempre sofri preconceito (E1, mulher, 27 anos).

O que eu mais escuto das pessoas e o que me dá mais raiva é a pessoa falando assim: nossa quando você fizer bariátrica você vai ficar muito linda, aí você vai ficar muito mais ágil, você vai conseguir emprego, você vai conseguir namorado se você quiser trocar de namorado. Tipo assim, como se a gente fosse só matéria sabe, as pessoas não conseguem ver o que a gente é por dentro. Acha que isso daqui é que tem importância (E1, mulher, 27 anos).

É muita injúria racial, é muito feminicídio. Eu sou contra tudo isso, não estou nem assistindo televisão, eu não gosto disso, não gosto, não gosto. Cheguei a morar sozinha. Meu relacionamento não deu certo, o cara me batia, o cara não tem estabilidade. Eu não tenho vontade nenhuma de voltar pra lá não meu Deus (E12, mulher, 47 anos).

Até dentro de um shopping, quando você entra dentro de um shopping, eu não sei se você já viveu ou já ouviu relatos de pessoas que entraram dentro de um shopping e não foram atendidas por causa da cor de pele. Respira fundo, por causa da roupa que a gente está vestida (E1, mulher, 27 anos).

Assim desde sempre eu gostava de ficar correndo atrás de menino, ficar com brincadeira com menino sabe? Ficar chamando o menino de meu namorado. Ficava



falando que os meninos eram meus namorados, ficava falando até brava sabe essa gíria “brava”? Brava é quando você fala alguma coisa que é viadagem. Se o você perguntar alguém o quê que é “brava”, você vai ver o que que é. Que “brava” que é essa aí meu filho? Eu descobri que eu era uma mulher. Eu fui me achando estranho neh! A gente vai descobrindo que a gente tem corpo de homem, mas a mente é de mulher é meio estranho (E14, mulher trans, 21 anos).

As pessoas negras tem que superar os obstáculos. O Estado só é com a educação, mais nada. Começa com o âmbito familiar que forma e ajuda a pessoa seguir na vida. Eu acho que esse é o caminho que quem escolheu não foi a gente. Quem escolhe é a natureza divina: Deus. As pessoas procuram um ideal de vida, aos poucos ela se relacionam de grau de natureza mais nível que eles espiritualmente, vão chegando ao consenso que todo mundo caminha na verdade. E viver com discrição, com dignidade por toda a eternidade (E8, mulher, 65 anos).

Toda vez que eu precisava falar, eu chorava. Em casa meus pais mandavam eu calar a boca e na escola riam de mim. Isso durou por muito tempo, até hoje eu choro. Tenho muito medo de errar, tento reprimir meu choro, mas não consigo e isso me faz sentir ainda mais inútil. Eu até me esforço para ser inteligente, para conseguir falar como as outras pessoas, só que e quando começo a falar o que vem primeiro é o choro. Então eu acostumei a me silenciar, é uma forma de me esconder (E4, mulher, 46 anos).

As narrativas apresentadas evidenciam que o racismo não atua isoladamente, mas se articula com outras formas de opressão. Elas apontam para a urgência de debater as estruturas de poder que sustentam as determinações raciais, revelando como essas se entrelaçam com as questões de gênero e se manifestam em múltiplas formas de violência.

8 NARRATIVÊNCIAS

Thabisa, é um nome feminino que surge da língua zulu, a qual pertence à família das línguas nígero-congolesas. Thabisa, 54 anos, descreve-se como “a menina café com leite”, nascida em uma família inter-racial onde ela é a única negra. Ela se sente “invisível na maioria das vezes”, com uma mãe e irmãs de pele “cor de leite” e um pai “cor de café”. *Eu me sinto invisível na maioria das vezes, [...] minha mãe é branca, meu pai é negro, as minhas irmãs são brancas como a minha mãe. Elas têm a pele cor de leite, falta pouco para ver do outro lado, chega que dá para ver as veias azuis”¹.*

Refletindo sobre sua cor, ela brinca: “Quando criança eu achava que ele era daquela cor porque tomava muito café”, e revela um apreço por “café com leite”, sua “bebida preferida”,

¹ Optei por colocar as falas dos entrevistados em itálico, como forma de diferenciá-las das demais citações. Apesar de as normas técnicas preconizarem o recuo de 4 cm para citações diretas longas, optei, também, por colocar as falas dos participantes no corpo do texto, dada a metodologia de “Narrevivencia”, que mistura a fala de cada participante com a da pesquisadora.

que era rara devido à pobreza. Para ela, a mistura do café com leite simboliza sua busca por integração: “parece que eu junto todo mundo em mim”, “sou da cor de café com leite neh?”.

Quanto ao pai, ela se refere à cor da sua pele como cor de “café”. “Thabisa sorri. Prossegue contando sobre nunca ter tomado café puro, relata que tinha medo de ficar preta como o pai. Silêncio! Abaixando a cabeça, por alguns segundos, e voltando o olhar disfarçado, com um sorriso faceiro que lhe pareceu bem próprio, diz do seu apreço pelo café com leite, sua bebida preferida desde a infância: *“Minha bebida preferida, café com leite”*. Me contou também sobre a raridade com que o café com leite lhe era oferecido, *“era muito caro”*, a pobreza caminha de mão dadas com exclusão. Ao mesmo tempo, ela que conta que o café puro lhe embrulhava o estômago, conta, também, que nas ocasiões raras que tinham o leite em casa, não perdia tempo em juntar os dois, café e leite, *“parece que eu junto todo mundo em mim”*, *“sou da cor de café com leite neh?”*. O café com leite lhe oferecendo muito mais que uma refeição, na mistura também a tentativa de integrar a si mesma, mediante a encruzilhada que a imagem do pai e da mãe lhe colocava. Uma realidade marcada por violências, obstáculo para integrar-se junto à realidade familiar.

Para Thabisa, a “encruzilhada da estranheza” era definida pelos conflitos na relação dos pais, nos quais as brigas sempre a envolviam. Ela se via no entremeio, *“nem a brancura e nem a negrura”*. Thabisa relata: *“Na minha infância nunca consegui entender exatamente de que lado eu estava. Às vezes eu achava que tinha alguma coisa de errado comigo, sabe? Será que é a cor da minha pele, será que era meus cabelos crespos?”*. Ela sentia-se rejeitada tanto por não ter a pele branca da mãe e irmãs quanto por não ter a pele retinta como o pai. *“Do meu pai não vejo que ele me trate com as mesmas gentilezas com que trata as minhas irmãs, costuma dizer que é por eu sou mais velha e elas são menores. Mas um dia já fui menor e não era diferente”*. Sua mãe a chamava de *“macaca preta”*, o que a fazia reagir com raiva: “eu chorava, ficava com raiva, [...] eu brigava com todo mundo. Aí eu batia em todo mundo, eu brigava com todo mundo que via na minha frente [...] Com raiva de todo mundo[...].” *“Quando eu olhava para as crianças brancas eu desejava muito ser como elas, eu até evitava ficar no sol para que minha pele ficasse mais branca”*.

Na maioria das vezes, Thabisa se sente a *“estranha”*, como se não fizesse parte da família, *“inadequada, era como eu me sentia. Eu chorava muito, mas todos me xingavam ainda mais”*. Ela conta que quando o pai olhava para ela, é óbvio que *“eu não sou preta”, parecia depositar em mim toda raiva que sentia. Ele era muito violento”, “a mãe já ficou a poder de arma [...] meu pai tinha ciúmes dela demais”*. A mãe, por outro lado, nunca intervia na



violência do pai em relação à Thabisa, alegando não ter força suficiente para tirá-la das garras do pai, “*ela tinha medo de apanhar também*”. “*Minha mãe nunca ergueu os punhos para se defender a si mesma*”. [...] “*eu sinto que eu apanhava no lugar dela*”. “*Eu era o saco de pancada deles, parecia que eles queriam que eu não existisse, sempre me senti culpada por tudo naquela casa. Tinha vontade de sumir. Mas sumir pra onde?*”

A mãe de Thabisa também a olhava com indiferença, “*para ela é óbvio que não sou branca*”, e no óbvio do pai e da mãe Thabisa disse que encontrou mais uma cor, “*a cor da invisível*”, *para eles eu não existo*”. A mãe de Thabisa se colocava indiferente ao sofrimento da filha, como também omissa em relação às agressões do pai contra a filha. Quanto à Thabisa permanece em uma existência limítrofe, no entrelugar da existência.

Além disso, a mãe atribuía aos outros filhos outras tarefas, como Thabisa descreve em suas próprias palavras: “*minha mãe ensinou minha irmã a roubar. Roubou até dinheiro de mim no banco*”, se referindo ao Benefício de Prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas) ajuda de custo que recebe do governo, garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. “*Ela nunca foi, nunca soube criar nós. Eu, minha irmã, nada, fazia isso tudo que eu falei com você*”.

Thabisa narrou que a mãe era muito violenta com os filhos e que, em função disso, alguns irmãos morreram ainda pequenos, “*perdeu o último desse tamanho assim de nove meses. Todos eles foram enterrados lá no cemitério da Vrede, (nome fictício)*”. “*E a menininha de nove meses, ela colocou a menina dentro do guarda-roupa. Quebrou o braço, quebrou a perna, ela não aguentou a dor e morreu. Os dois não era bons pais não*”.

Thabisa cresceu e, logo que começou a frequentar a escola, se deparou com situações muito semelhantes ao que ela vivia em casa, na escola também aconteciam as violências, “*nós íamos a escola, a professora batia em nós, pra gente aprender*”. Lembrou de um episódio em que uma colega lhe disse: “*só por engano, quando eu estava na escola eles falavam que eu não tomava banho. Eu estava fazendo o segundo ano, é o curso superior, eles falavam que eu não tomava banho. Até que foi um médico na minha casa e conversou com minha mãe e ela provou que eu tomava banho. Foi só isso que aconteceu mais nada. Foi só por engano, eles disseram*”.

Também me contou que todos a tinham como uma menina bagunceira, “*Eu acabava tudo primeiro e depois ia fazer bagunça*”. Ela sorri enquanto conta, “*eu atrapalhava meus amiguinhos da sala. Eu lembro*”. Abaixa a cabeça e me olha disfarçando o olhar. Escapa um sorriso da menina bagunceira e ela tão logo percebe a minha expressão, levanta a cabeça e diz:



“na escolinha, por causa da cor, a gente era muito discriminado. Porque os meninos brancos não queriam sentar perto da gente. Não queriam sentar perto da gente quando era trabalho de grupo na escolinha”. E trazendo o sorriso de volta Thabisa diz: “eu nem ligava não, que eu era espoleta mesmo”, ela conta dando gargalhadas desta vez. “Eu fiquei sentida uma vez só que depois disso eu não fiquei sentida mais não”. Thabisa se descreveu como uma menina alegre, alegria que fica evidente durante a entrevista, ela também conta sobre um amigo que vivia se gabando, “em mim a professora não batia só que ela não me deixou usar o banheiro. Olha pra você ver que covardia. Ai! Oh menina, ele tinha 7 anos de idade”. Outros momentos os colegas iam descalço para a escola, e eram, “humilhados. Criança de pé no chão não entra. Tá vendo aquele colégio moço? Eu também trabalhei lá. Lá eu quase me arrebento, pus a massa fiz cimento, ajudei a rebocar. Thabisa continua: “Más me diz um cidadão, criança de pé no chão aqui não pode estudar”. “Belchior, foi por medo de avião, que eu segurei pela primeira vez na sua mão... nanannan”. A música oferecendo suporte ao absurdo”.

Em uma das diversas vezes que passou por situações de discriminação na escola, Thabisa relata que chegou a comunicar à professora, “eu falei com a professora. Ai a professora foi e falou que nós éramos tudo amiguinho que era pra ficar um perto do outro”. Numa destas experiências de violência, em suas palavras, conta como foi agredida: “fui espancada. Quem me salvou foi minha irmã que enfiou o dedo no nariz (da colega) e arrancou sangue e bateu nela pra caramba”. Já em outra experiência, ela relata: “a professora me chamou de negra. Racista! Ela era racista, ela era branca. Mamãe foi lá e deu paulada nela, na professora, bateu nela bastante. E não foi presa [a mãe], é racismo mesmo, nunca mais ela bateu ne mim mais”.

Os pais de Thabisa se separaram e constituíram outras famílias, ela ficou morando com a mãe, após a morte da mãe, e, posteriormente, a morte do pai, tanto os irmãos por parte de pai como por parte da mãe a abandonaram. Por isso, ela hoje está em situação de rua, “eu tô morando na rua. Eu fico aqui o dia inteiro. Daqui a pouco eu vou pro abrigo durmo lá, no outro dia 6h da manhã tomo o café e venho pra cá de novo, tem um mês que eu estou na rua direto, estou cansada”. Thabisa chora por alguns minutos e entre soluços e com a voz engasgada, diz em um tom de desabafo, “eu só queria um lugar”.

Thabisa encerra sua narrativa pedindo ajuda para “procurar um lugar no mundo”. Ela busca diariamente uma vaga em um abrigo, almejando ouvir, com um sorriso, “Pode entrar!”. Contudo, permanece sem sucesso e sem um espaço seguro. Ela desabafa sobre sua realidade atual: “eu tô morando na rua. Eu fico aqui o dia inteiro. Daqui a pouco eu vou para o abrigo durmo lá, no outro dia 6h da manhã tomo o café e venho pra cá de novo, tem um mês que eu

estou na rua direto, estou cansada.” Em meio ao choro, ela expressa: “*eu só queria um lugar*”.m Essa busca por um lugar revela o quanto o racismo a destituiu de um espaço seguro desde a infância, aprisionando-a em um não-lugar: entre o “pai e a mãe”; entre a “branca e a preta”; entre a rua e o abrigo.

Bongani significa aquele que canta alegremente, homem, de cor preta retinta, de estatura pequena, 57 anos, embora pareça um menino. Destacava-se entre todos que estavam presentes na manhã em que conversamos, não apenas pela sua pele preta retinta, mas, também, por seus movimentos lentos, encurvado e seu olhar perdido. Quando caminhei em sua direção, ele já estava a minha espera e se levantou fazendo um esforço para equilibrar o corpo franzino, enquanto estendia a mão em minha direção. Sem dizer uma palavra e um olhar triste.

Bongani se descreve com a frase “*Jambo amarelo*”, verbalizando com um tom de voz alto e sonoro, demonstrando uma dor crescente e uma raiva evidente. Seu corpo, antes apático, insiste em afirmar sua autodeclaração racial: “*eu sou jambo amarelo, eu sou amarelo? Eu não sou negro, né? Eu não sou jambo? Eu sou quase jambo amarelo. Eu sou amarelo, eu não sou? Jambo não, eu sou quase amarelo? Se eu passar maquiagem eu fico amarelo. Eu sou quase amarelo*”. Estufando o peito, ela questiona repetidamente: “*eu sou amarelo?*” E continua: “*meu pai é preto mulato e minha mãe é amarela. Minha mãe é loira, minha mãe era branca. Ela era lavadeira. Então eu sou amarelo, não sou?*” Cantarolando, Bongani completa: “*lava roupa todo dia, é a maria, mas, sou eu (nananana) eu queria (nananana) até sonhar de madrugada*”. Com sua musicalidade singular, Bongani parece amenizar a dor ao se referir à mãe e à canção de Luiz Melodia, buscando dividir o sofrimento sem encará-lo diretamente. Ele descreve a família inter-racial, com a mãe branca, irmãos mais claros e o pai preto retinto como ele. Bongani relata que o pai o ensinou a se identificar como moreno, e não negro. Contudo, em momentos de raiva, a mãe o ofendia, chamando-o de “seu macaco!”. A trajetória de Bongani é marcada pela rejeição por sua própria gente. Seu retrato não se encaixa nem no do pai, nem no da mãe, levando-o a se definir como “outro”: amarelo, jambo, quase amarelo. Ao se apegar à crença colonial de que ter uma mãe branca o torna “jambo amarelo”, ele parece encontrar alguma dignidade nessa autoidentificação.

O discurso internalizado pela criança negra tem o branco como padrão de beleza, inteligência e sucesso. Ironicamente, o mito da identidade nacional brasileira operou por intermédio do apagamento da raça para construir uma filosofia, a saber, a da democracia racial, em que ser brasileiro substitui outras identidades. Em essência, apagar a categoria política de raça, eliminou a linguagem que poderia descrever as desigualdades raciais que afetam a vida



das pessoas pretas. Esse apagamento abre brechas permissivas a práticas discriminatórias (Collins; Bilge, 2021). “[...] *meu pai não gostava que a gente falava que ele era negro. Negro, ele era negro. eu sou jambo amarelo*”. Uma mentira bem arquitetada, contada e recontada, denominada “Democracia racial”, que mais é um plano de extermínio.

Com seu jeito musical, entre cantaroladas e batucadas, ele foi pouco a pouco me convidando a conhecer sua história. Relata ter tido uma boa infância, “*minha infância foi maravilhosa, eu brincava demais, morava com meu pai e minha mãe. O pai? Se referindo ao pai ele diz, “montava em mim e nos meus irmãos. Tcha...tcha...tcha...”* (gestos imitando chicotada), enquanto o corpo acompanha a fala nos movimentos dos braços, a expressão da violência do pai, “*ele batia, deu coágulo na minha cabeça, tive hemorragia cerebral, cabeçudo*”, referindo-se à forma que o pai se dirigia a ele. Então, “*eu falei assim, oh! Papai, o senhor é cachaceiro, mas*”, abaixando a cabeça Bongani resmunga e, imediatamente, uma música ecoa como suporte à dor que de tempos em tempos aparece, quando a palavra lhe falta, “*eu não sou cachaceiro, cachaceiro eu não sou, cachaceiro é quem fabrica pinga*”. Perguntei o motivo do pai lhe bater e ele: “*batia, por quê? [...] o nanico, vai crescer nanico. É porque eu sou pequeno*”. “*Eu ia pra escola descalço, porque meu pai não dava calçado. E aí me discriminavam né. Eh! Eh! Descalço, descalço, descalço, descalço, descalço, descalço, descalço*”. Bongani repete várias vezes o que pareceu ser uma gozação de outras criança, e Bongani grita, um grito de protesto, um grito por justiça que ecoa por todo o ambiente: “*ahhhhhhhhhhhhh!*” Desabafo! Silêncio!

A negritude e a pobreza formam um combo brutal e invisível (Davis, 2022). Nesse combo há um grito, o grito de Bongani, um desejo, uma música vem em socorro a dor, “*eu só queria ser feliz*” e a música, um recurso, mais uma vez, vem compor uma fala: “*eu só quero é ser feliz, e andar tranquilamente na favela em que eu nasci, [...] eu nasci na favela da Amarante, puxa faca. Eu era bem recebido. Eu namorava tudinho, garanhão!*”

Bongani conta que ele era uma *cara raçudo*, “*eu batia porque eles me discriminavam. O duro é que...*”, interrompe a sua fala e resmunga algo para si, somente para si, de tempos em tempos na sacralidade da própria existência um silêncio e, logo em seguida, faz um pedido: “*o destino me perdoa eu, eu era filho do MaikéTayson, eu sou... tem ciúme demais de mim*”. A música vem dar corpo ao indizível: “*ciúmes, ciúmes de você*”. Entre o indizível e o dizível, Bongani solta em tom alto e sonoro: “*Oh negro! Você é negro fedido. As patricinhas, eu dou desprezo, eu dou desprezo. As pessoas me discriminam, tão me discriminando pessoas*”.



Em relação às experiências de discriminação ele responde: “*eu me garanto, porque eu sou filho de loira, meu pai é preto mulato com loira. Minha mãe é loira*”. Em seguida, conta que não existe racismo: “[...] *racismo, eu não racismo, não tem racismo. Racismo em mim? Que racismo tem ne mim? Eu não sou racista. Não tem racismo não. Preto, mulato meu pai foi pegado no laço. Preto mulato é pegado no laço, não é? Né isso? Então é pegado no laço, eu sou filho de loira. Racismo em mim pra que, pra que racismo em mim? Não tem racismo em mim, não é?*”.

Alterando a voz, Bongani expressa o desejo de levantar da cadeira, gesticulando com o corpo e demonstrando raiva em relação à questão do racismo. Desta vez, nenhuma música ofereceu suporte para verbalizar sobre o tema. Bongani chora, e, abaixando a cabeça, conclui: “*existe o racismo [pausa] ... o racismo adoece*”.

As narrevivências representa uma realidade que transcende o discurso racional. Elas são um composto de vozes que, ao mesmo tempo em que articulam dores únicas e individuais, expressam o sofrimento coletivo de todos os envolvidos neste estudo. São trajetórias de vidas que se unem em um coro que ecoa em nome de muitos, marcados pelas violências cotidianas impostas pelo racismo estrutural.

Neste contexto, as narrevivências revelam as vozes de inúmeros brasileiros que, expostos a violências, pobreza e racismo, experienciam realidades psíquicas fragmentadas, como aponta Kilomba (2019). Permanecem à margem, em um limbo onde os efeitos do passado colonial-escravocrata se atualizam diariamente em diversos ambientes (Nascimento, 2016). É crucial compreender que o trauma de pessoas negras não decorre apenas de disfunções familiares, mas da brutalidade do ambiente social branco que as posiciona como “o estranho”. Hooks (2021) argumenta que a disfunção familiar e pública é sancionada pelo Estado, refletindo o poder patriarcal na estrutura doméstica e valores familiares. O racismo transcende o individual e materializa-se em instituições como a família e a escola, vinculadas a uma ordem social colonial que visa preservar privilégios (Almeida, 2021).

Sendo atemporal, o racismo permeia o cotidiano (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, Kilomba, 2019), não como evento isolado, mas como acúmulo de episódios que reproduzem o trauma colonial coletivo. Kilomba (2019) o descreve como uma realidade negligenciada, um genocídio lento para quem nasce “condenado pela cor da pele”, pois “o problema não é a cor, mas seu uso como justificativo para segregar e oprimir” (Ribeiro, 2019, p. 12). Essa realidade gera profundas feridas psicológicas na mente da pessoa negra, resultando em auto-ódio e alienação por um sistema que a desumaniza e inferioriza, buscando aprovação alheia (Fanon; Silveira,



2008). A supremacia branca moldou a psique de pretos e brancos, servindo aos interesses da branquitude através da ideologia do branqueamento que universaliza valores brancos (Hooks, 2021, 2022, Bento, 2022).

O mito da superioridade branca estilhaça a identidade racial, internalizando o desejo de embranquecer e a negação da própria raça e capacidade (Gonzalez, 1998). Isso leva muitos negros a adotarem uma “máscara branca”, buscando se aproximar do ideal branco: “só precisamos não ser preto” (Fanon; Silveira, 2008, p. 108). Uma escuta racializada é fundamental, pois quando uma pessoa preta se sente vigiada ou perseguida, não se trata de delírio, mas da realidade de estar em um “mundo desigual e violentamente branco”, em constante posição de vítima. Não é vitimismo, mas a composição de sua experiência subjetiva e objetiva. Assim, toda clínica é social, e o letramento racial é imprescindível para que a experiência branca não patologize realidades não compreendidas (Hunty *apud* Nogueira, 2021).

Para uma clínica ética e garantidora de direitos, o diálogo é vital. Sua ausência reforça a colonização e a expropriação de vida dos “outros” (Nogueira *apud* Arrélias, 2020). O racismo, como gramática moderna da política e do conhecimento, perpetua privilégios, empobrecendo simbolicamente o outro e a si (Fanon; Ferreira; Campos, 2022). É imperativo abordar o adoecimento psíquico relacionado a ele, sob pena de colonizarmos essas experiências de sofrimento e intensificarmos a violência racista sob um falso cuidado (Nogueira, 2021).

9 PALAVRAS FINAIS

Este estudo se revelou uma jornada inesperada, desvelando a não-neutralidade da pesquisadora, cuja posição, moldada por privilégios e discriminações, demandou uma metodologia de cocriação. Através das narrevivências, buscou-se dar significado às humanidades e reconhecer a singularidade, resgatando nossa intrínseca humanidade frente a relações violentas. Nesse processo, os participantes emergiram como mestres, guiando a pesquisadora em uma construção de conhecimento orgânico que forjou uma consciência coletiva e o próprio letramento racial. Confirmou-se que a herança colonial violenta é imperativa no adoecimento dessas pessoas, cujas existências são marcadas pela aridez e negação de direitos básicos.

Apesar dos avanços na saúde mental, as violências persistem, tornando a luta antirracista, sobretudo decolonial, uma urgência de todos. A desigualdade é a maior catástrofe social, e um progresso verdadeiro só se estabelece pela partilha, não pela manutenção de



privilégios coloniais. A colonização silencia violências e precariza corpos, levando a uma desumanização coletiva ao negarmos nossa vulnerabilidade. Espera-se que este estudo fortaleça a luta social, impulsionando uma abordagem clínica politicamente engajada que garanta o direito ao “bem-viver” e combata a individualização da precariedade. Almeja-se uma “lógica da pequenez” onde nada se perde, sempre algo é possível — Desajusta...ajusta...recria...fluxo!!!! Por fim, sugere-se a continuidade de estudos e políticas públicas para solidificar esses resultados e construir uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2021.
- ARRÉLIAS, L. Racismo: Gestalt aberta que mantém ausências. *In.*: Nascimento, L. C. S.; VALE, K. S. *Sentidos em Gestalt terapia: novas vozes, outros olhares*. Ponta Grossa, PR: Antena, 2020.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. Edição do Kindle.
- BOUZADA, V. M. M. *Narrevivências de pessoas pretas*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional) — Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte, 2023.
- BRITO, C.; MAGALHÃES, J.; MAGALHÃES, R. Decolonizar o conceito de justiça ocupacional: uma construção epistemológica. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, v. 51, p. 840-865, 2023. DOI: 10.14393/RFADIR-51.1.2023.68091.840-865.
- BRUNSTEIN, J. *et al.* *Análise de dados qualitativos em pesquisa: múltiplos usos em Administração*. Rio de Janeiro: Editora Mackenzie; FGV, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DAVIS, A. Y. *O sentido da liberdade: e outros diálogos difíceis*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- FANON, F.; FERREIRA, L. F.; CAMPOS, R. S. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FANON, F.; SILVEIRA, R. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.
- GONZALEZ, L. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1998.



GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. São Paulo: Zahar, 2022. Edição do Kindle.

HOOKS, B. *Escrever além da raça: teoria e prática*. Trad. Jess Oliveira. São Paulo: Elefante, 2022.

HOOKS, B. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Edição do Kindle.

MAGALHÃES, J. L. Q.; BRITO, C. M. D. Diversidade ocupacional como processo de decolonização cotidiana. In.: PETTEN, A. M. V. N. V.; CARDOSO, A. M.; BRITO, C. M. D. (org.). *Estudos da Ocupação Humana: desafios e possibilidades*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Niterói: EDUFF, 2004.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, I. B. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

PINHEIRO, B. C. S. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta, 2023. Edição do Kindle.

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, A. B. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023. Edição do Kindle.

SCHUCMAN, L. V. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: Edufba, 2018.

SILVA, A. M. M. Apresentação. In.: SILVA, A. M. M.; TIRIBA, L. (org.). *Direito ao ambiente como direito à vida: desafios para a educação em direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2015.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, v. 39, p. 507-511, 2005.

